

## INFÂNCIAS EM HD: A DIGITALIZAÇÃO INFANTIL DURANTE A PANDEMIA

TAMARA INSAURIAGA BUENO<sup>1</sup>; MAIANE LIANA HATSCHBACH OURIQUE<sup>2</sup>;

<sup>1</sup>Universidade Federal de Pelotas – tamarabueno2012@hotmail.com

<sup>2</sup>Universidade Federal de Pelotas – maianeheo@yahoo.com.br

### 1. INTRODUÇÃO

Frente ao cenário que nos encontramos, de pandemia e isolamento social, a expansão do digital e sua entrada em nossos lares aumentaram expressivamente. Esta amplitude favorece também nosso olhar para a imagem da infância colocada em “alta evidência” ou “alta definição”, ou seja, a organização de novas rotinas e intensificação da convivência familiar permitem compreender o universo das infâncias em HD (*High definition*). A massiva adesão da população à tecnologia torna inegável a influência desta em nossas vidas. Da mesma forma que nós, adultos, somos influenciados por esta exposição contínua, refletindo em nossas relações pessoais e profissionais, em nosso comportamento, produção e consumo cultural, o mesmo ocorre com as crianças, ainda que de formas diferentes e dentro da especificidade geracional da criança.

Dentro deste cenário, diversas demandas - novas e inesperadas - passaram a integrar as rotinas educativas. Novos desafios e exigências fizeram com que muitas instituições, como forma de não perder o vínculo com as crianças e as famílias, tenham aderido ao ensino remoto, que tem como suporte principal a utilização das tecnologias digitais para o envio e recebimento de atividades encaminhadas pelas professoras. Não se pretende aqui fazer juízo de valor sobre a decisão das escolas de aderir ao ensino remoto, mas sim refletir sobre os impactos que essa adesão trará, principalmente, às crianças e suas relações culturais.

Esta pesquisa surge da necessidade de discutir sobre questões emergentes do cenário instaurado pela pandemia de Covid-19. Quais as contribuições que o uso das tecnologias nos contextos educativos pode trazer para as crianças no processo de construção de conhecimentos, considerando o cenário pandêmico em que nos encontramos? Qual o papel dos pais ou responsáveis e da escola nesse processo de (re)inserção das crianças nos ambientes digitais? As gerações mais novas já eram alvo de propagandas e tinham sua cultura permeada pela produção da indústria cultural, assim, neste momento, talvez os cuidados e preocupações só tenham sofrido um acréscimo devido a um aumento da exposição às tecnologias. Neste sentido, como podemos fornecer e propiciar às crianças - e suas famílias - vivências positivas nesse momento, levando em conta o distanciamento social e as limitações da tecnologia?

### 2. METODOLOGIA

Os dados do questionário utilizado para realização deste trabalho subsidiaram a presente pesquisa de cunho qualitativo (MINAYO, 1994). Entre os dias 23 e 31 de julho de 2020, o Grupo de Pesquisa Laboratório de Formação e Estudos da Infância (LabForma) disponibilizou, através de suas redes sociais, o questionário do Google Forms intitulado “Infâncias e tecnologias digitais”, que contou com a participação de 95 famílias. A pesquisa, direcionada a pais ou

responsáveis<sup>1</sup>, tinha como objetivo fazer um levantamento sobre como as famílias estão lidando com o uso das tecnologias digitais pelas crianças em idade de educação infantil (0 a 5 anos), levando em conta o contexto atual de isolamento social. O mesmo contava com perguntas abertas e fechadas, que foram divididas em três partes, sendo elas, respectivamente: Infâncias e as tecnologias digitais; Identificação e Família e Escola de Educação Infantil.

### 3. RESULTADOS E DISCUSSÃO

Conforme apontado pela Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação (ANPEd), em Manifesto de 20/04/2020, não existe educação infantil à distância. A vasta aplicabilidade e versatilidade das tecnologias, por mais ampla e inovadora que seja, no contexto da educação infantil, mais do que em outras etapas, não dá conta das demandas específicas da faixa etária dos 0 a 5 anos, como por exemplo a afetividade, o desenvolvimento social das crianças, o incremento às experiências culturais, artísticas e científicas ricas, entre outras demandas asseguradas pela Base Nacional Comum Curricular (BNCC, 2017). Porém, “a ilegalidade da proposta de implementação de atividades escolares remotas para crianças pequenas”, descrita pela Anped (p. 1), foi suprimida por demandas internas e externas que chegavam/chegam diariamente até as professoras.

A ascensão da tecnologia em nossas vidas, conforme Alcântara (2017), trouxe para o campo da educação muitas ponderações sobre seus usos. Os estudiosos do tema dividiram-se entre duas posturas frente a essa adesão coletiva: a primeira referindo-se ao distanciamento que deve haver entre crianças e tecnologias, tendo em vista os aspectos negativos de seu uso. A segunda ressaltando os aspectos positivos que a tecnologia pode proporcionar, como a autonomia e a liberdade. Alcântara (2017, p. 152) afirma que “A natureza destes discursos alienam as crianças considerando-as seres passivos, receptores dos efeitos externos da mídia.”. Buscando oportunizar vivências ricas e que potencializam ao máximo as habilidades das crianças, entendendo-as como “atores sociais plenos que produzem e são produtos dos processos sociais” (ALCÂNTARA, 2017, p. 154), as professoras da educação básica, sem equipamentos, preparo e/ou formação buscaram/buscam propostas que tornem essa digitalização infantil o mais produtiva possível, procurando sempre se adequar às realidades das crianças e das famílias. Desta forma, família e escola juntas podem procurar formas de construir uma rotina com as crianças, procurando delimitar o tempo de acesso e de uso das tecnologias, de maneira que as atividades não se limitem apenas ao seu uso. Sempre levando em consideração as diferenças entre escola e casa e pais e professora, as atividades podem ser encaminhadas digitalmente e envolver, por exemplo, o lar, a casa das crianças, transformando-as em um laboratório de pesquisa, desafiando as crianças a ressignificar objetos ou a explorar as potencialidades do cotidiano.

A busca por vivências positivas para as crianças nesse momento deve partir de questionamentos como: as ideias que eu tenho são culturalmente favoráveis para as crianças?; quais ganhos emocionais, afetivos e/ou cognitivos elas estão tendo a partir das atividades que estou propondo?; as atividades que estou sugerindo cabem no cotidiano familiar das crianças? Essas reflexões são importantes para guiar as atividades que chegam até as crianças já que, ao responderem a questão “Você notou mudanças na(s) criança(s) em termos de

---

<sup>1</sup> Foi solicitado que apenas um dos pais ou responsáveis respondesse o questionário.

comportamentos, atitudes, emoções?" 72,2% dos respondentes afirmaram que sim, enquanto 27,8% afirmaram que não. Neste momento, mais do que em outros, deve-se ter um respeito pelo tempo da criança, pelas suas especificidades e pela sua realidade familiar. O uso das tecnologias não deve assumir um caráter de cobrança, exigindo da criança, e de sua família, a execução de atividades vazias ou passadas apenas com o propósito de "manter contato", uma vez que essas atividades afetam diretamente a criança e, como apontado pela pesquisa, influenciam seus comportamentos, atitudes e emoções. Damásio (1994) afirma que as emoções são fundamentais no processo de construção do conhecimento, logo, procurar proporcionar para as crianças atividades que sejam emocionalmente saudáveis e que estimulem a comunicação e expressão dos conhecimentos de si são fundamentais nesse momento repleto de mudanças, instabilidades e incertezas. Para Resnick (2020, p. 23), diferente do que muitos acreditam, as tecnologias oferecem às crianças "possibilidades de expansão do pensamento criativo e da expressão criativa das crianças.". O autor afirma que os "tecnocéticos" tendem a enxergar apenas os desafios, e não as possibilidades da tecnologia. Com isso, não se nega a dificuldade em ultrapassar algumas barreiras que a tecnologia apresenta, também não se nega as limitações que ela oferece, mas entende-se que o momento exige uma maior flexibilização por parte de pais, responsáveis e professoras para assegurar momentos de qualidade para as crianças.

A presença da escola, e da professora, deve amparar as crianças neste momento, não se resumindo a visão assistencialista, mas buscando exercer um trabalho colaborativo, no qual famílias e escolas procuram assegurar, da melhor forma possível, os direitos das crianças, amparados pela Lei nº 9394/96, que estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB). Ao responderem a questão "Há alguma orientação da escola para a realização das atividades em casa?", 74,4% dos respondentes afirmaram que existem orientações da escola e das professoras, enquanto 25,6% afirmaram não haver nenhum tipo de orientação. Desta forma percebe-se que existe uma preocupação por parte da maioria das escolas e das professoras em manter um contato que vá além do "passar atividades", existe um cuidado com a execução destas, com a criança e como esta recebe e desempenha, ou não, o que é passado pela professora.

Quando questionados sobre "Como você avalia as tecnologias utilizadas para a educação da criança?", 65,2% dos respondentes selecionaram a opção satisfatório, 22,6% insatisfatório e 12,2% plenamente satisfatório. A digitalização da infância, acentuada pelo cenário em que vivemos, apesar de apresentar algumas falhas, tem se mostrado importante para as relações entre crianças, escola e família. Sarmento (2003) afirma que é através de suas vivências e experiências que a criança vai se apropriando, reinventando e construindo seu pensamento, desta forma, em função da pouca idade, e por consequência das poucas experiências de vida, é importante proporcionar um ambiente rico e acolhedor para exploração por parte das crianças, dando ainda mais ênfase para a importância de atividades bem elaboradas e que tenham a criança e o seu desenvolvimento pleno como foco. O retorno favorável das famílias que participaram do questionário mostra que um trabalho colaborativo é a melhor forma de, aos poucos, ir superando as limitações que a tecnologia apresenta e minimizando os impactos negativos que o isolamento social têm, em especial para as crianças.

#### 4. CONCLUSÕES

Dada a expansão tecnológica que temos experienciado ultimamente, como por exemplo o advento do celular e da televisão, não cabe mais discutir se queremos ou não que as crianças sejam expostas às tecnologias, Alcântara (2017) afirma que cada vez mais cedo, as crianças estão começando a usar as tecnologias e que a infância contemporânea nasce em um mundo já globalizado, impactando contextos sociais e políticos, por exemplo. Neste cenário de pandemia de Covid-19, é necessário discutir como mediar o acesso que é feito pelas crianças, de forma que ele seja capaz de auxiliar na diminuição das limitações que o isolamento social causa, de forma que afete o mínimo possível a independência e a produção cultural da criança.

Em um contexto educacional, onde as tecnologias tornaram-se ferramentas de apoio e de ligação entre escolas e pais, é necessário haver um trabalho colaborativo de ambas as partes, cujo foco seja a criança, suas necessidades e especificidades como um todo. Este trabalho colaborativo representa não apenas uma melhora na qualidade das atividades que chegam até as crianças, mas também representa uma diminuição na sobrecarga de trabalho das professoras, que passam a ter os pais como aliados, assim como diminuição da cobrança dos pais – sobre si mesmos e sobre a escola. Em diversos momentos durante a pandemia, os pais sentiram-se desamparados e despreparados para lidar com as questões referentes ao desenvolvimento educacional de seus filhos e, mediados pelas tecnologias, passaram a contar com as orientações das professoras.

## 5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALCÂNTARA, A. O brincar em ambiente virtual. In: **Comunicação e infância, processos em perspectiva**. São Paulo: Pimenta Cultural, 2017. p. 151 - 175.

ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA EM EDUCAÇÃO. **Educação a distância na Educação Infantil, não!**. Disponível em: [https://anped.org.br/sites/default/files/images/manifesto\\_anped\\_ead\\_educacao\\_infantil\\_abril\\_2020.pdf](https://anped.org.br/sites/default/files/images/manifesto_anped_ead_educacao_infantil_abril_2020.pdf). Acesso em: 25 abr. 2020.

BRASIL. **Base Nacional Comum Curricular (BNCC)**. Educação é a Base. Brasília, MEC/CONSED/UNDIME, 2017.

BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. **Diário Oficial [da República Federativa do Brasil]**, Brasília, DF, v. 134, n. 248, 23 dez. 1996. Seção I, p. 27834-27841.

DAMÁSIO, António R., **O Erro de Descartes. Emoção, Razão e Cérebro Humano**. 12. ed. Lisboa: Publicações Europa-América, 1994

MINAYO, Maria Cecília de Souza (Org). **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. Rio de Janeiro: Vozes, 1994.

RESNICK, Mitchel. **Jardim de Infância para a Vida Toda: Por Uma Aprendizagem Criativa, Mão na Massa e Relevante para Todos**. Trad. Mariana Casetto Cruz, Lívia Rulli Sobral. Porto Alegre: Penso, 2020.

SARMENTO, Manuel J. **Imaginário e culturas da infância**. Cadernos de Educação, vol. 12, n. 21, 51-69, 2003.